

EMENDA Nº – CAE
(ao Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023)

Dê-se ao **caput** do art. 5º, e seus incisos, do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, a seguinte redação:

Art. 5º A variação real dos limites de despesa primária de que trata o art. 3º desta Lei Complementar será cumulativa e ficará limitada, em relação à variação real da receita primária, apurada na forma do § 2º deste artigo, às seguintes proporções:

I - 70% (setenta por cento), caso a meta de resultado primário apurada no exercício anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária Anual tenha sido **igual ou superior ao centro da meta definida de acordo com** o art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); ou

II - **20% (vinte por cento)**, caso a meta de resultado primário apurada no exercício anterior ao da elaboração da Lei Orçamentária Anual tenha sido inferior **ao centro da meta definida de acordo com** o art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

JUSTIFICAÇÃO

O art. 5º do substitutivo do PLP 93/2023, cria uma restrição ao crescimento real da despesa, vinculada ao crescimento real da receita. Ele estabelece que a despesa real não poderá crescer mais do que 70% ou 50% do crescimento real da receita, a depender do cumprimento ou não da meta de resultado primário.

Ocorre que o referencial de cumprimento de meta de resultado proposto no substitutivo é a banda inferior do intervalo de tolerância da meta de resultado, instrumento novo, proposto também por esse PLP. Por outro lado, mesmo que o descumprimento se dê de forma muito intensa, isto é, que haja um grave desequilíbrio nas contas públicas, que gere um déficit muito maior do que o previsto, ainda assim, a despesa real obrigatoriamente

crescerá na proporção de 50% da variação real da receita, de acordo com a proposta.

Dessa forma, propomos que o referencial de cumprimento da meta de resultado primário seja o centro da meta e não sua banda inferior, bem como que a autorização de crescimento da despesa real, no caso de descumprimento da meta de resultado primário, seja de 20% da variação da receita real, o que ajudará a trazer as contas públicas ao equilíbrio novamente, nos momentos de mal desempenho do caixa do governo.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões,

Senador ORIOVISTO GUIMARÃES